

Sobre a teoria da não analisibilidade do conhecimento de Williamson

RESUMO

Há uma intuição perene em teoria do conhecimento segundo a qual o conhecimento é analisável. *Grosso modo*, supõe-se que o conceito conhecimento pode ser elucidado graças a conceitos mais primitivos e mais claros do que o próprio conceito de conhecimento. Esta perspectiva foi recentemente desafiada de forma severa por Timothy Williamson, o qual argumenta que não é possível encontrar-se uma análise conceptual verdadeira do conhecimento e que o próprio conceito de conhecimento é primitivo. Neste ensaio inspeccionamos essa teoria e algumas réplicas, concluindo que os argumentos de Williamson contra o projecto de análise do conhecimento somente colhem à luz de uma interpretação usual mas quanto a nós demasiado rígida do significado de 'análise'. No final do ensaio submetemos uma interpretação alternativa de 'análise' que deixa em aberto a possibilidade de elucidar-se o conceito de conhecimento por essa via. O nosso derradeiro objectivo é mostrar as vantagens teóricas resultantes dessa possibilidade.

Palavras-chave: Análise; Conhecimento; Justificação; Crença; Verdade.

ABSTRACT

There's a perennial intuition within theory of knowledge according to which knowledge is analyzable. Broadly, it is supposed that the concept of knowledge can be explained through more primitive and revealing concepts. This view was recently harshly challenged by Timothy Williamson, who holds that it isn't possible to find a true conceptual analysis of knowledge, and that the concept of knowledge is primeval. In this essay we evaluate Williamson's theory that knowledge is unanalyzable, as well as some replies, and conclude that his arguments against the possibility of analysis of knowledge only hold considering a common but, in our opinion, very stringent interpretation of 'analysis'. At the end of the essay we submit an alternative construal of 'analysis' which allows the possibility of an analytic elucidation of the concept of knowledge. Our final objective in so doing is to show the theoretical advantages of that possibility.

Key words: Analysis; Knowledge; Justification; Belief; Truth.

* Doutor em Filosofia, Universidade de Lisboa, Centro de Filosofia. *Postdoctoralfellow* do grupo LANCOG.

Prólogo

Em filosofia procuramos definições. Queremos que essas definições sejam simultaneamente descritivas, explicativas e informativas (GUPTA, 2009). Mais importante ainda, alimentamos o desiderato de que sejam verdadeiras. Assim é também com a definição de conhecimento.¹ Com efeito, a história da filosofia mostra que muitos filósofos pensaram que valia a pena procurar por uma definição do conhecimento com estas propriedades. E muitos deles pensaram que a melhor forma de o fazer seria usando uma análise do fenómeno, do estado ou do seu conceito. Este projecto de análise do conceito de conhecimento assenta presumivelmente num desiderato com milhares de anos.² Ele ganhou bastantesaliência no seio da epistemologia já em pleno século XX, principalmente, mas não apenas, depois de Gettier (1963, p. 121-123) ter—segundo muitas vozes—falsificado a célebre Definição Tradicional do Conhecimento (doravante DTC), a qual sugere que o conhecimento é crença verdadeira justificada.

A DTC é uma análise no sentido em que, *grosso modo*, divide o conhecimento em três elementos: crença verdadeira e justificação. A cada um dos elementos corresponde uma condição necessária para haver conhecimento. A definição reclama também que as três condições necessárias são conjuntamente suficientes para alguém ter conhecimento. Do ponto de vista teórico, a DTC congrega pois quatro teses: três sobre a necessidade de cada uma das condições e uma sobre a sua suficiência conjunta. Cada uma destas quatro teses pode ser alvo de discussão. Existe uma tendência generalizada na epistemologia contemporânea para aceitar a ideia de que a tese refutada no ensaio de Gettier é a da suficiência, a quarta

que referimos. As razões apontadas para essa falha são múltiplas, por exemplo, a falibilidade da justificação (LEHRER & PAXSON 1969, p. 225-237). Há também quem rejeite a tese da necessidade da justificação (UNGER, 1968, pp. 157-170), substituindo-a por outra ou outras condições necessárias. Apenas um número muito reduzido de filósofos disputa a tese da necessidade da condição de crença, e não estamos conscientes de qualquer caso de rejeição da tese da necessidade da condição de verdade.³

O alegado falhanço das subsequentes tentativas para se encontrar uma análise que pudesse resolver o problema da suficiência conjunta das três (ou mais) condições necessárias para haver conhecimento acabou por levar alguns filósofos a um cepticismo em relação à possibilidade de se encontrar uma definição verdadeira com o formato de análise. O mais discutido caso de cepticismo a propósito dessa possibilidade é porventura o de Williamson (2000, p. 1-48). Para evitar confusões acerca da noção de análise por ele criticada, temos de desambiguar primeiro essa noção.

Sobre a noção de análise

Segundo Beaney (2007, p. 197), a noção de análise não é rígida, ao contrário do que é frequentemente aceite, muitas vezes de forma tácita e apenas justificada por fracos argumentos de autoridade. Com efeito, a julgar pela inspecção histórica do seu percurso, a noção tem sofrido várias alterações e tem servido diferentes desideratos, filosóficos e científicos. Beaney identifica três variantes abrangentes da noção: a análise decomposicional, a análise regressiva e a análise transformativa (ou interpretativa). A primeira consiste essencialmente na decomposição (separação ou divisão) de uma

¹ Tal como usada no nosso texto, a expressão “conhecimento” refere-se ao conhecimento *proposicional*.

² Segundo a *parlance* habitual na literatura filosófica, começou com Platão (*Ménon* 85c; e *Teeteto* 201c-d, 202c).

³ Se o leitor se sente legitimamente incomodado com o modo ousado, directo e pouco esclarecedor como introduzimos e usamos a noção de verdade, pedimos-lhe para a substituir, quando necessário, pela noção de factividade. *Grosso modo*, a noção de que saber que *p* implica o facto de que *p*. Embora a noção de factividade não seja talvez menos problemática e controversa do que a de verdade, pensamos que quando em conjunto podem facilitar uma melhor compreensão da intuição que lhes subjaz, contribuindo assim para se explicarem mutuamente.

noção, de um conceito ou de uma ideia em elementos mais primitivos e mais simples. A segunda consiste essencialmente na redução de uma noção, de um conceito ou de uma ideia a axiomas ou a princípios básicos. A terceira consiste essencialmente na transformação de uma expressão linguística, de uma noção, de um conceito ou de uma ideia à sua vertente lógica e linguística.

Muitas das tentativas pós-Gettier para definir o conhecimento assentam em análises decompositivas (SHOPE, 1983 *passim*). Crucialmente, uma análise decompositiva do conhecimento decompõe o conceito de conhecimento, o *analysandum*, em conceitos mais primitivos e mais claros, o *analysans*. Para uma análise decompositiva ser verdadeira é alegadamente necessário que os conceitos no seu *analysandum* e *analysans* sejam pelo menos extensionalmente equivalentes, quer dizer, que tudo o que caia no domínio definido pelo *analysandum* caia também no domínio definido pelo *analysans*. Assim, por exemplo, se todos os casos de crença verdadeira justificada, o *analysans* da DTC, fossem casos de conhecimento, o *analysandum* da DTC, teríamos, alegadamente, uma análise decompositiva verdadeira do conhecimento (ver Figura 1). Gettier *et al* argumentam que não é o caso.

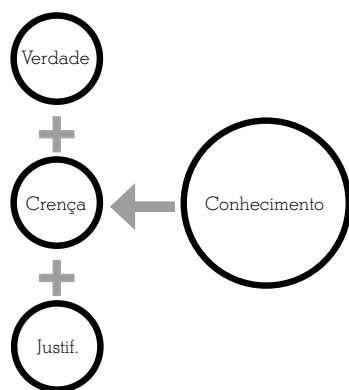


Figura 1

Nesta linha, é também geralmente aceite (AUDI, 2011, p. 247) que uma análise verdadeira do conceito de conhecimento terá de apresentar as condições *necessárias* e *suficientes* para alguém ter conhecimento. Uma análise é falsa se é possível divisar casos, contra-exemplos, que falsificam a necessidade, a suficiência, ou ambas, das condições no seu *analysans*.

Vamos pois supor, para efeitos da nossa discussão neste ensaio, que uma análise em ordem do conhecimento tem de satisfazer os três requisitos descritos nos parágrafos anteriores, isto é, (I) tem de ser uma análise decompositiva (II) cujo *analysandum* e o *analysans* têm a mesma extensão, e que (III) apresenta as condições necessárias e suficientes para alguém ter conhecimento. Vamos chamar a estes requisitos, respectivamente, *requisito da decomposição* (RD), *requisito da equivalência das extensões* (REE) e *requisito da necessidade e suficiência das condições* (RNS). Uma análise que satisfaça estes três requisitos é uma análise *conceptual* verdadeira. É este, parece-nos, o sentido de 'análise' (do conhecimento) usado e visado por Williamson (2000, p. 2-4). É contra a possibilidade de haver uma tal análise que se move a sua crítica.

Williamson vs projecto analítico

Williamson (2000, p. 2-48) oferece pelo menos três argumentos para sustentar a sua rejeição do projecto analítico em torno do conceito de conhecimento.⁴ O primeiro argumento procura estabelecer que não é possível uma análise do conhecimento porque qualquer *analysans* do conceito de conhecimento falha, isto em virtude de o conceito de conhecimento, o *analysandum*, e qualquer conceito de crença verdadeira + *x*, o habitual *analysans* visado por muitas tentativas de definição do conhecimento, terem sempre diferentes extensões. Vamos por isso chamar-lhe *argumento da não-identidade dos conceitos* (ANIC). Já o segundo ar-

⁴ O qual designa por *programa reducionista*. A propósito desta rejeição, ver também Haddock, Millar & Pritchard (2010, *passim*), Jackson (2002, p. 517) e Harman (2002, p. 420). Também Alston (2005, p. 11-21) abraça a ideia de que o projecto analítico tradicional está de alguma forma esgotado.

gumento visa estabelecer que uma tal análise é impossível, ou bastante improvável, uma vez que qualquer tentativa de análise do conceito de conhecimento se apresenta comoviciosamente circular. Vamos por isso chamar-lhe o *argumento da circularidade* (AC). Por seu turno, o terceiro argumento reclama que a inspeção do percurso histórico do problema, em especial a inspeção história de sucessivas falsificações de múltiplas definições analíticas de conhecimento que foram serem propostas depois do ensaio de Gettier, reforça a plausibilidade das conclusões do ANIC e do AC.⁵ Vamos por isso chamar-lhe *argumento histórico* (AH). De seguida passamos em revista cada um destes argumentos e algumas réplicas.

ANIC. Para Williamson (2000, p.21) o conhecimento é uma atitude proposicional, alegadamente uma atitude de aceitação que um agente S tem relativamente a uma proposição *p*. Se S sabe que *p* está numa relação mental de apreensão e aceitação de *p* e é o caso que *p*, porque se não fosse o caso que *p* a atitude proposicional não poderia ser conhecimento, pois o conhecimento implica verdade. Daí o conhecimento ser uma atitude proposicional *factiva* (a mais inclusiva do ponto de vista epistémico), pois implica um facto no mundo. Williamson concebe essa relação entre a atitude de S para com *p* e *p* como um *estado mental* que fornece as condições necessárias e suficientes para o conhecimento. Nesta acepção, o conhecimento (tal como a *crença simpliciter*) é um estado mental. O *conceito* de conhecimento refere-se, portanto, a um estado mental, sendo por isso o conceito de algo mental.

Já o conceito de *crença verdadeira* não é, ainda segundo Williamson (2000, p. 30), o conceito de um estado mental. O seu ponto é que se um conceito é o resultado da conjugação de vários conceitos, e se um dos conceitos que forma essa conjugação é o conceito de algo não-mental, então o conceito-resultado será o conceito de algo não-mental.

Uma vez que o conceito de crença verdadeira (ou de crença verdadeira + *x*) é um conceito que resulta da conjugação do conceito de crença, algo mental, e do conceito de verdade, algo não-mental, segue-se pelo critério que o conceito de crença verdadeira não pode ser o conceito de algo mental.

Ora, se o conceito de conhecimento é o conceito de algo mental, e se o conceito de crença verdadeira é um conceito de algo não-mental, segue-se alegadamente que os dois conceitos não podem ser extensionalmente equivalentes, pois a extensão de um é sempre diferente da extensão do outro (ver Figura 2). O REE não é satisfeito. Assim, conclui Williamson, *qualquer* análise do conceito de conhecimento em termos dos conceitos de crença verdadeira + *x* está a partida condenada a falhar.



Figura 2

Cassam (2009b) critica o ANIC, ao qual se refere como o *argumento dos dois conceitos distintos*. A sua crítica bifurca-se problema do conceito, por um lado, e no problema do estado, por outro.

No que respeita ao problema do conceito, a apreciação de Cassam desenvolve-se a partir da analogia que estabelece entre o conceito *conhecimento* e o conceito *solteiro*. Suponha-se que procedemos para uma análise do conceito *solteiro* usando em conjugação os conceitos *casado* e o conceito *homem*. Obtemos então a seguinte análise: *Um solteiro é um homem não-casado*. Cassam alega que se a avaliação que Williamson faz acerca da impossibilidade de se analisar o conceito de conhecimento estiver correcta,

⁵ Cassam (2009a), *contra* Williamson *et al*, delinea a possibilidade de análise do conhecimento. Os argumentos (com outras designações) são também elencados em Cassam (2009b).

então análises como esta também não podem obter. Não podem, porque o conceito *solteiro* não pode ser conceptualmente analisado usando uma conjunção de conceitos que contêm como componentes um conceito pertencente à classe dos conceitos maritais, *casado*, e um conceito que não pertence a essa classe, *homem*. Assim, pretende-se mostrar que se não estamos preparados para rejeitar análises deste género, então também não deveríamos rejeitar a possibilidade de uma análise do conceito de conhecimento em termos de conceitos que se referem a diferentes classes de coisas.

O problema com esta avaliação de Cassam, pensamos nós, é que talvez seja possível uma análise como (A) 'um solteiro é homem não-casado' sem que seja concomitantemente possível uma análise como (B) 'o conhecimento é crença verdadeira + x'.⁶ As razões para assim ser são, pensamos nós, do foro linguístico e metafísico. Linguisticamente, A surge na forma de uma proposição analítica. Ora, segundo muitos filósofos da linguagem, proposições analí-

ticas são proposições verdadeiras apenas à custa do seu significado. Por outro lado, metafisicamente, A estabelece uma necessidade conceptual. Todavia, nenhuma destas duas situações é aplicável a B, o que milita a favor da hipótese de haver uma disanalogia em marcha no exemplo fornecido por Cassam.

Uma outra maneira, quanto a nós com mais hipóteses de ser bem-sucedida, que o defensor do projecto analítico teria de criticar o ANIC seria recusar a sua premissa de que o estado de crença verdadeira não é um mental.⁷ Recorde-se que a principal razão que o leva a propor que o estado de crença verdadeira não é um estado mental é o alegado facto de esse estado depender de um elemento não-mental: a condição da verdade. Este diagnóstico é todavia rejeitado no que respeita ao estado do conhecimento e ao estado de crença *simpliciter*, pois, também alegadamente, esses estados não admitem elementos extra-mentais. Mas este diagnóstico afigura-se-nos contra-intuitivo. Uma forma talvez rude mas porven-

⁶ Aliás, o próprio Williamson (2000, p. 31) refere-se ao conceito de solteiro como uma excepção no que respeita à possibilidade de análise conceptual, não como um protótipo dessa possibilidade.

⁷ Cassam tenta algo do género mas sem grande sucesso, uma vez que a sua crítica não apresenta argumentos substantivos mas apenas uma crítica à metodologia seguida por Williamson. Vamos evitar de forma deliberada entrar nos detalhes da complexa discussão que Williamson produz em trono do problema do conhecimento enquanto estado, até porque não estamos certos de ter apreendido todas as suas *nuanças*. Mas não podemos evitá-la completamente, pois isso faria de nós descuidados e injustos. Por isso vamos lateral e resumidamente explicar o que o filósofo tem mente a este respeito. Basicamente, segundo ele (2000, p. 49-51), o internalista (e o internalismo referido aqui é uma teoria sobre estados mentais, não a teoria epistemológica sobre a origem da justificação genérico) assenta a sua pretensão de que o conhecimento é factorizável em componentes mentais e não-mentais porque não é realmente um estado mental. Para Williamson, uma condição restrita (*narrow*) é uma condição tal que se essa condição obtém no caso *a* em que um agente está determinada configuração física interna, então obtém no caso *b* em que um agente está na exactamente mesma configuração física. Por exemplo, se a condição (C) '...sabe que *p*...' obtém no caso *a* para S quando este está numa determinada configuração física, então C também obtém no caso *b* em que um agente está exactamente na mesma condição física que S está em *a*. Nesta acepção, condições restritas são condições supervenientes em relação ao estado físico interno dos agentes. C será uma condição estendida (*broad*) se não for restrita. Uma condição ambiental (*environmental*) é uma condição tal que se essa condição obtém no caso *a* em que o ambiente tem uma determinada configuração (física, externa relativamente ao agente e à sua mente), então também obtém no caso *b* em que o ambiente está na exactamente mesma configuração. Nesta acepção, condições ambientais são condições supervenientes em relação ao estado físico do ambiente. A condição C é uma condição compósita (*composite*) se, e só se, é a combinação de uma condição restrita, interna, e de uma condição ambiental, externa. A condição C é primária (*prime*) se, e só se, não é compósita (2000, p. 65-67). Às condições restritas, estendidas, compósitas e primárias correspondem estados, estados que adoptam a mesma designação que essas condições. Williamson chama internalismo à teoria segundo a qual estados mentais são estados/condições restritos. Nesta acepção internalista, estados mentais são estados supervenientes somente em relação ao estado físico interno de um agente. Tendo em conta esta interpretação, o internalismo recusa que o conhecimento seja um estado/condição mental, uma vez que recusa que seja um estado/condição restrito. Na base desta recusa está a ideia, incontroversa, também segundo Williamson (2000, p. 55), de que é possível divisar casos em que o agente está exactamente na mesma configuração física em *a* e *b*, mas C obtém em *a* e não em *b*. Esses são casos nos quais o estado interno dos agentes é o mesmo, mas em que o agente no caso *a* sabe que *p* e o agente no caso *b* não sabe que *p*. Por exemplo, no caso *a*, o agente está num determinado estado físico interno e sabe que está um ecrã de computador à sua frente porque (além de ter o seu sistema cognitivo em perfeitas condições de funcionamento) vê um ecrã de computador à sua frente, o qual é a origem da sua percepção. No caso *b*, o agente está exactamente no mesmo estado físico que o agente em *a* mas, vítima de uma ilusão massiva (induzida por cientista, máquina, génio, etc.) não vê um ecrã à sua frente, simplesmente porque não existe tal ecrã, apenas a ilusão de que existe. Por conseguinte, S sabe que está um ecrã à sua frente no caso *a* mas não no caso *b*. Conclui-se então que C, tal como definida acima, terá de ser uma condição estendida, uma vez que não é superveniente apenas em relação ao estado físico interno de um agente.

tura eficiente de avaliar o conflito de intuições é a seguinte. Suponha-se que (1) o estado de crença verdadeira inclui elementos extra-mentais, e que (2) se um estado é mental não inclui elementos extra-mentais. Por 1 e 2 segue-se que (3) o estado de crença verdadeira não é um estado mental. Como vimos, esta interpretação parece acomodar a perspectiva de Williamson. Suponha-se então agora que (4) o estado de conhecer é um estado mental. Por 2 e 4 segue-se que (5) o estado de conhecer não inclui elementos extra-mentais. Contudo, também para Williamson, (6) o estado de conhecer é uma atitude proposicional factiva. Ora, (7) atitudes proposicionais factivas incluem elementos extra-mentais: uma proposição - supondo que proposições são entidades extra-mentais. Portanto, por 4, 5, 6, 7 obtém-se que (8) o estado de conhecer é um estado mental (por 4) e uma atitude proposicional factiva (por 6), não incluindo (por 5) e incluindo (por 7) elementos extra-mentais. Estamos a pensar em 8 quando nos colocamos na pele do defensor do projecto analítico e sugerimos que há um conflito de intuições na posição. Talvez o defensor do projecto analítico não tenha aqui suficientes bases para reclamar que existe uma contradição formal, mas talvez tenha material suficiente para sugerir que há intuições contraditórias a operar entre 1 e 8.

Supondo contudo que o defensor do projecto analítico tem de facto uma *reductio ad absurdum* entre mãos, segue-se que pelo menos uma premissa de 1 a 7 tem de ser falsa. Ora, uma vez que de 1 a 6 são suposições que Williamson aceitaria como verdadeiras, é provável que para ele o problema resida em 7, uma vez ele que não dá qualquer indicação de aceitar esta premissa, pelo contrário. Mas como negar a plausibilidade desta premissa? Não fazem as proposições parte do estado mental de conhecer? Sim, é o próprio Williamson que o admite ver acima a sua caracterização de conhecimento). E não são essas entidades, a consi-

derar a opinião de muitos filósofos, extra-mentais.⁸ Sim. Se assim for, 7 não pode ser falsa e uma das premissas de 1 a 6 sustentada por Williamson tem de ser falsa. Parece-nos que o elo mais fraco, porque menos intuitivo, é a premissa 5. O esquema mais intuitivo para o defensor do projecto analítico parece portanto ser o descrito na Figura 3.⁹



Figura 3

O argumento do defensor do projecto analítico a favor da possibilidade de análise do conceito de conhecimento poderia então talvez correr do seguinte modo: (I) o conhecimento é uma atitude *proposicional* factiva; (II) atitudes proposicionais factivas *incluem* elementos extra-mentais; (III) o conceito de algo que inclui constituintes extra-mentais é o conceito de algo não-estritamente-mental; (IV) Por *i*, *ii* e *iii* o conceito de conhecimento é um conceito não-estritamente-mental; (V) Conceitos não estritamente mentais são *passíveis* de ser analisados em termos de *outros* conceitos não estritamente mentais (e.g., crença verdadeira + *x*), uma vez que, pertencendo à mesma classe de conceitos, podem ter a mesma extensão e satisfazer o REE; (VI) Por *i* a *v*, o conceito de conhecimento é susceptível de análise bem-sucedida. Estamos todavia convictos de que o defensor do projecto analítico teria bastante dificuldade em demonstrar a verdade de algumas destas premissas, especialmente a *ii* e *iii*, cuja

⁸ A perspectiva surge delineada em Frege (1956, p. 289-311) e Dummett (2006, p. 3). McGrath (2011) referencia (no ponto 7.1. da sua exposição) vários defensores do chamado *argumento fácil* a favor da existência extra-mental de proposições.

⁹ Note-se que mesmo o estado de crença *simpliciter*, a haver um tal estado, parece admitir elementos extra-mentais, e.g., proposições.

prova nos parece exigir uma maquinaria filosófica que estamos longe de possuir. Deixaremos por isso essa defesa para quem nela estiver habilitado e interessado.

AC. Mesmo supondo que o defensor do projecto analítico consegue de algum modo mitigar a força do ANIC, tal não significa que o assunto esteja resolvido a seu favor. Na verdade, o segundo argumento de Williamson contra a possibilidade de análise coloca problemas igualmente complicados. Este segundo argumento visa estabelecer que qualquer análise do conceito de conhecimento é *viciosamente* circular e, por conseguinte, desinteressante do ponto de vista filosófico.

Williamson aceita que o conhecimento implica crença verdadeira (2000, p. 8-10, 34, 41-44). Tal não é a seu ver indicador de que uma análise é possível. O seu ponto é que qualquer tentativa de análise é *circularmente viciosa* pelo facto de o conceito de conhecimento, o *analysandum*, estar directa ou indirectamente 'contido' no *analysans*. O argumento assenta numa analogia (vide Figura 4). Eis a passagem relevante:

Se G [a crença] é necessária para F [o conhecimento], não tem de haver uma condição suplementar H [e.g., a justificação], definível independentemente de F, tal que a conjunção de G e H é necessária e suficiente para F. Ser colorido, por exemplo, é necessário para ser vermelho,

mas se procuramos uma outra condição que em conjunção com ser colorido seja necessária e suficiente para ser vermelho, apenas encontramos condições definíveis em termos de "vermelho": ser vermelho, ser avermelhado se colorido. (WILLIAMSON, 2000, p. 32).

Como vimos acima, Williamson defende que o conhecimento é um conceito primitivo. Defende também (2000, p.193-207), além disso, que toda a evidência tem de ser conhecimento ($E=K$). Se a justificação (epistémica) é uma questão de se possuir evidência, segue-se pela fórmula que um agente só terá justificação se tiver conhecimento. Inverte-se assim o tradicional sentido da causação e da explicação referente à relação entre conhecimento e justificação. Não é a justificação que está *conceptualmente* na origem do conhecimento (embora possa por vezes ter primazia na sequência causal-temporal), mas sim este que está na origem daquela.¹⁰ Eis pois a razão por que analisar o conhecimento em termos de crença verdadeira justificada implica desde logo para Williamson uma circularidade viciosa: analisa-se o conhecimento em termos de justificação, mas esta depende, causal e conceptualmente, daquele. Logo, o conhecimento é trivial e não-informativamente analisado em termos de conhecimento, dando lugar à referida circularidade explicativa viciosa.¹¹

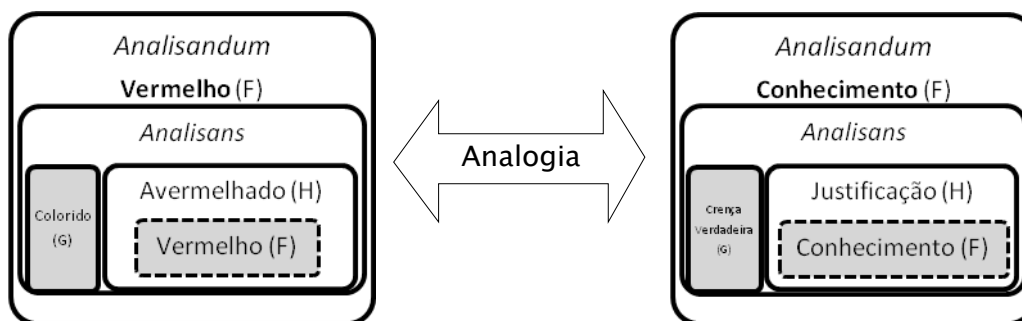


Figura 4

¹⁰ Paralelamente, o conhecimento é também para Williamson (2000, p. 47) a norma da crença e, mais famosamente ainda, a norma da asserção (2000, p. 249-256).

¹¹ Williamson (2000, p. 44-45) descarta também a possibilidade de uma concepção disjuntiva válida de crença em termos de conhecimento e opinião. Segundo ele, não podemos usar os termos "opinião" e "conhecimento" sem estamos a usar simultaneamente o conceito de crença. Por consequência, também neste caso existe circularidade viciosa na explicação.

Mais uma vez Cassam não concorda com este resultado. Segundo ele (2009b), a analogia não obtém porque os *analísanda* em cada extremo da analogia, respectivamente, o conceito de conhecimento e o conceito vermelho, pertencem a diferentes classes de conceitos. Cassam vale-se da clássica distinção lockeana entre ideias simples e complexas para estabelecer a sua posição. Para ele, os conceitos *vermelho* e *conhecimento* assentam em diferentes tipos de ideias, tendo por isso diferentes estruturas, propriedades e comportamentos sob análise. Enquanto ao conceito de vermelho corresponde, por assim dizer, uma ideia simples, ao conceito de conhecimento corresponde uma ideia complexa. Daqui segue-se alegadamente que, por um lado, o conceito de vermelho não é susceptível de análise por ser, digamos assim, um conceito simples, e, por outro lado, o conceito conhecimento é susceptível de análise, uma vez que é, digamos assim também, um conceito complexo.

A estratégia de Cassam é interessante, mas é difícil perceber se é possível aplicar essa estratégia a outras analogias sugeridas por Williamson (2000, p. 32-33) que empregam apenas conceitos susceptíveis de serem identificados com ideias complexas, como por exemplo o conceito de paternidade. No caso de essas outras analogias serem susceptíveis de aplicação, o sucesso da objecção de Cassam fica inviabilizado.

AH. Williamson (2000, p. 30-32) reclama que uma avaliação do percurso histórico do problema na era pós-Gettier fornece a evidência necessária – a acumulação de falsificações de sucessivas tentativas de análise conceptual do conhecimento – para confirmar a plausibilidade das conclusões do ANIC e do AC.

O defensor do projecto analítico pode contudo retorquir que o esquema de falhanços apenas revela que ainda não foi encontrada uma definição verdadeira em

forma de análise, mas que não exclui *isoladamente* essa possibilidade. O AH não nos parece pois decisivo, ou pelo menos não parece ter a força do ANIC e do AC.

Feitas a contas, temos de concordar que Williamson apresenta uma história plausível em torno da impossibilidade de se encontrar uma análise conceptual verdadeira do conceito de conhecimento. Estará pois o projecto analítico liquidado no que toca à definição de conhecimento por via de uma análise? Pensamos que não. De seguida submetemos uma via alternativa que, do nosso ponto de vista, salvaguarda muito do espírito que governa esse projecto, bem como alguns dos desideratos na sua raiz.

Um dogma da epistemologia contemporânea

Há um dogma na epistemologia produzida na tradição analítica no período pós-Gettier. Trata-se da ideia de que *só há uma decomposição analítica filosoficamente valiosa do conceito de conhecimento*: a que satisfaz, a um tempo, o RD, o REE e o RNS. O dogma, pois que nos parece uma questão de fé não sustentada por qualquer razão plausível, motivou muitos filósofos pós-Gettier a procurar durante muito tempo a *única* análise valiosa do conhecimento (SOSA, 1974, p. 394), numa demanda só comparável à encetada pelos cavaleiros do Rei Artur quando este lhes ordenou que encontrassem o Santo Graal.¹²

A perspectiva de que só há uma análise valiosa do conhecimento e que tem de ser uma análise conceptual esbarra não apenas nas dificuldades colocadas por Williamson, mas também noutras de carácter mais genérico. Uma tal perspectiva tem de lidar, por exemplo, com o chamado *paradoxo da análise*. A sua explicação simplificada (SORENSEN, 2003, p. 79) é a seguinte. Se, numa análise conceptual, o sen-

¹² Curiosamente, no final do *Teeteto* (210c), ao rejeitar todas as definições de conhecimento que apresentou (pela boca de Teeteto, sequencialmente refutadas por Sócrates), Platão parece abrir as portas a uma demanda heróica, mas quiçá fútil, por essa almejada definição-análise conceptual. Se tomarmos pois a analogia à letra, Platão está para o Rei Artur tal como muitos teóricos do conhecimento que se seguiram a Platão estão para os cavaleiros do Rei Artur. Estes procuram o Santo Graal, uma peça única, aqueles procuram

tido de um *analysans* 'coloca' de mais ou de menos do que é colocado pelo sentido do *analysandum*, então a análise será falsa – porque viola o REE e o RNS. Mas se o sentido do *analysans* coloca o mesmo que o sentido do *analysandum*, então a análise será redundante (trivial) e não-informativa.¹³ Uma análise que exhibe uma destas duas propriedades, ou ambas, não pode ser filosoficamente valiosa.

Alegadamente, todas as tentativas de análise conceptual do conhecimento ensaiadas no período pós-Gettier sofrem de um destes problemas. Ou o *analysans* coloca condições a mais, condições que determinados contra-exemplos mostram ser desnecessárias para alguém ter conhecimento, caso em que análise falha por excesso (falha o RNS na parte da necessidade das condições), ou o *analysans* coloca condições de menos, condições que determinados contra-exemplos mostram ser conjuntamente insuficientes para alguém ter conhecimento (falha o RNS na parte da suficiência das condições), caso em que a análise falha por defeito, ou a análise coloca condições circulares, caso em que análise falha por não ser informativa. Quando inspeccionada à luz do paradoxo da análise, a história do chamado *problema de Gettier* (ou *problema da quarta condição*) é indiciadora de que algo está menos bem com o desiderato de análise conceptual do conhecimento e com a ideia de que só este tipo de análise é valioso. Mas, se assim é, segue-se aparentemente que nenhuma das tentativas de análise que foram encetadas depois de Gettier tem qualquer mérito ou valor. Por mais que queiramos aceitar este resultado, temos muita dificuldade em fazê-lo, pois que se nos apresenta como muito estranho e implausível. Que essas tentativas de análise não tenham atingido o seu objectivo primário, *i.e.*, definir o conhecimento por via de uma análise conceptual verdadeira, não parece implicar *simpliciter* que não têm qualquer valor teórico e/ou filosófico. O facto de

muitas dessas tentativas apresentarem, na opinião de bastantes filósofos, pelo menos condições necessárias para o conhecimento falsifica de imediato essa implicação e, por conseguinte, a suposição que nela assenta.

Quiçá consciente deste empecilho na sua engrenagem teórica, Williamson (2000, p. 4) antecipa e bloqueia a empresa de se salvar o projecto analítico do conhecimento recorrendo-se a tentativas de análise que são *aproximações sofisticadas* a uma análise verdadeira. Segundo ele, podem existir muitas tentativas de análise suficientemente complexas ao ponto de estarem muito próximas do objectivo de uma análise em ordem, sem no entanto haver realmente uma que o esteja. Mas mesmo considerando que Williamson está certo a respeito disto, não segue daí que essas tentativas de análise não tenham valor. É essa possibilidade que desejamos explorar.

Por que razão teríamos de aceitar que só as decomposições analíticas que satisfazem a só um tempo os três requisitos acima descritos são filosoficamente valiosas?

Considere-se, por exemplo, a seguinte decomposição analítica: o *conhecimento é a atitude proposicional factiva mais inclusiva*. Esta é reconhecidamente a elucidação do conhecimento visada por Williamson. Mas, quer Williamson o aceite, quer não, trata-se de uma decomposição analítica (embora não seja necessariamente uma tentativa de análise conceptual, pelas razões alegadas por Williamson aqui e ali). O conceito de conhecimento é *decomposto* em outros conceitos que, sendo aparentemente mais primitivos e esclarecedores do que aquele, são usados para o explicitar filosoficamente, satisfazendo assim o desiderato de elucidação do conceito de conhecimento manifestado por Williamson (2000, p. 33). Não há, parece-nos, como escapar à inevitabilidade da decomposição de um conceito noutros desde que usemos certas expressões que envolvem conceitos para explicitar outras que introduzem conceitos. Assim, pa-

¹³ Esta é a versão 'linguística' do paradoxo (FOLEY, 1999, p. 25), mas pensamos que podemos aplicar o paradoxo igualmente bem à versão 'conceptual'.

rece-nos, a pergunta que se impõe agora é: será que a decomposição analítica submetida por Williamson não é filosoficamente valiosa? Como é óbvio, pensamos que não, tendo em vista a força dos argumentos que a sustentam e a plausibilidade que daí retira. Mas tanto o pensamos para a decomposição submetida por Williamson como para muitas outras submetidas por outros filósofos. No limite, pensamos que mesmo não satisfazendo o REE e o RNS, e portanto não sendo *prima facie* valiosas, à luz de um critério de *quantidade*, essas decomposições são contudo *ulimafacie* valiosas, à luz de um critério de *qualidade*. Explicamos de seguida porquê.

Em Química faz-se a distinção entre análise quantitativa e análise qualitativa de um elemento.¹⁴ Grosso modo, o primeiro tipo de análise refere-se aos subelementos e respectivas *quantidades* (mensuráveis) que compõem um dado elemento químico, já a segunda refere-se às propriedades *qualitativas* específicas de um dado elemento químico (e.g., reactividade, solubilidade). Analogamente, pensamos, uma decomposição analítica *quantitativa* do 'elemento' *conhecimento* refere-se—quantitativa e exaustivamente—a cada 'subelemento' que o compõe, enquanto uma decomposição analítica *qualitativa* do 'elemento' *conhecimento* refere-se às propriedades qualitativas específicas desse elemento (e.g. crença, justificação).

No que concerne a conceitos de natureza epistemológica, uma decomposição analítica qualitativa pode estar em ordem mesmo que a ela não corresponda uma decomposição analítica quantitativa em ordem. Por exemplo, a decomposição analítica qualitativa do conceito *conhecimento* como *crença verdadeira justificada* pode estar em ordem mesmo o seu correlato quantitativo não estando.¹⁵ Para se ver que

assim é, compare-se essa decomposição analítica qualitativa com um seu análogo concernente ao elemento 'bolo de laranja': massa de açúcar e ovos, sumo de laranja. Neste caso, não temos uma decomposição analítica quantitativa, uma análise conceptual, do conceito *bolo de laranja* que assente na satisfação do REE e da RNS, pois a extensão desse conceito não é satisfeita pela expressão 'massa de açúcar, etc...', nem ela apresenta as condições necessárias e suficientes haver um bolo de laranja – faltaria discriminar, por exemplo, a condição necessária de a massa ser constituída por uma certa quantidade de farinha, etc. Daí não se segue contudo que a decomposição analítica qualitativa do conceito não esteja em ordem, pois nem é falsa, no que respeita a discriminar propriedades necessárias (embora não todas) do bolo de laranja, nem falha em ser informativa.

Deixando cair a designação 'decomposição' (por ser neste sentido redundante com 'analítica') e substituindo-a por 'elucidação', propomos que uma elucidação analítica *qualitativa* está em ordem se (-i) não é falsa (no sentido descrito no parágrafo anterior), (-ii) exhibe correctamente propriedades do que elucida (não necessariamente todas), e (-iii) é informativa.¹⁶

Epílogo

Elucidações analíticas qualitativas do conceito de conhecimento como por exemplo 'crença verdadeira justificada', 'crença bem-fundada', 'atitude proposicional factiva mais inclusiva' e muitas outras que satisfazem as condições (-i), (-ii) e (-iii) são elucidações complementares, embora talvez não cumulativas ou conjuntamente exaustivas. São explicações epistemológica e filosoficamente indexadas a conjuntos de casos particulares, circunscre-

¹⁴ Fontes – IUPAC: International Union of Pure and Applied Chemistry <http://www.iupac.org>, e Wikipédia: [http://en.wikipedia.org/wiki/Quantitative_analysis_\(chemistry\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Quantitative_analysis_(chemistry)).

¹⁵ Neste caso o correlato quantitativo também seria expresso por 'crença verdadeira justificada'. Nada há de estranho nisto, uma vez que é comumente admitido que a mesma expressão linguística pode denotar e referir diferentes coisas, sejam concretas ou abstractas.

¹⁶ Vide Dey (1993, p. 31-32) para uma concepção pormenorizada de análises qualitativas. Basicamente, Dey argumenta que são instâncias de descrição, ligação e classificação de dados e de informação.

vendo o fenómeno relativamente a esses casos, lançando assim luz sobre ele.¹⁷ No fundo, são modos analíticos igualmente válidos de apresentação e explicitação do mesmo fenómeno e do seu conceito.¹⁸

Se correcta, esta concepção de análise qualitativa do conhecimento tem, da nossa perspectiva, pelo menos as seguintes vantagens teóricas e filosóficas: compatibiliza perspectivas analíticas e (alegadamente) não-analíticas do conceito de conhecimento; acomoda intuições perenes que governam a *praxis* filosófica dos epistemólogos desde os tempos de Platão; possibilita o renovar recursivo da definição e uma visão do fenómeno plural do fenómeno nas suas múltiplas vertentes. Só por si, o conjunto de vantagens agora elencado parece ser suficiente para não abandonarmos o projecto analítico de ânimo-leve, pelo menos naquilo que de melhor nos oferece.

Referências bibliográficas

ALSTON, W., *Beyond "Justification": dimensions of Epistemic Evaluation*, Cornell: Cornell University Press, 2005.

AUDI, R. *Epistemology, a Contemporary Introduction to the Theory of Knowledge*, 3. ed., Oxford: Routledge, 2003.

BEANEY, M., 'Conceptions of analysis in the early analytic and phenomenological traditions: Some comparisons and relationships'. In: BEANEY, M., (Org.) *The analytic turn: Analysis in Early Analytic Philosophy*, NY: Routledge, 2007.

CASSAM, Q., 'The Possibility of Knowledge', *Mind* 118 n. 471, 2009a, p. 815-820.

—'Can the Concept of Knowledge be Analysed?' in GREENOUGH, P., & PRITCHARD, D., (Org.) *Williamson on Knowledge*, Oxford: OUP, 2009.

DAWSON, G. 'Justified True belief is Knowledge', in *The Philosophical Quarterly*, v. 31, n. 125, p. 315-329.

DEY, I. *Qualitative data analysis. A User-friendly Guide for Social Scientists*. London – NY: Routledge, 1993.

DUMMETT, M. *Thought and reality*, Oxford: Clarendon Press, 2006.

FOLEY, R. 'Analysis', in AUDI, R. (Org.) *The cambridge dictionary of philosophy*. 2. ed., Edinburgh: CUP, 1999. p. 25.

FREGE, G. 'The thought: a Logical Inquiry' in *Mind*, New Series. v. 65, n. 259, 1956, p. 289-311.

GETTIER, E. 'Is Justified True Belief Knowledge?' in *Analysis*, v. 23, 1963, p. 121-123.

GUPTA, A. 'Definitions' in ZALTA, E. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2009, disponível em <http://plato.stanford.edu/archives/spr2009/entries/definitions>.

HADDOCK, A., MILLAR, A., PRITCHARD, D. *The nature and value of knowledge: Three Investigations*, Oxford: OUP, 2010.

HARMAN, G. 'Reflections on Knowledge and its Limits' in *The Philosophical Review*, v. 111, n. 3, 2002, p. 417-428.

JACKSON, F. 'Critical Notice of Knowledge and its Limits' in *Australasian Journal of Philosophy*, v. 80, n. 4, 2002, p. 516-521.

LEHRER, K., & PAXSON, T., 'Knowledge: Undefeated Justified True Belief' in *The Journal of Philosophy* v. 66, 1969, p. 225-237.

¹⁷ O que vai de encontro às intuições de alguns filósofos pós-Gettier. Por exemplo, Dawson (1981, p. 316) aceita que conhecimento \leftrightarrow crença justificada verdadeira é falsa, pois conhecimento \rightarrow crença justificada verdadeira é falsa, embora crença justificada verdadeira \rightarrow conhecimento seja verdadeira. Resumindo, nem todos os casos de conhecimento são casos de crença verdadeira justificada (porque, diz Dawson, há casos de conhecimento que são casos de crença fiável injustificada), mas todos os casos de crença verdadeira justificada são casos de conhecimento. Noutra frente, mas imbuído no mesmo espírito, Lycan (2006) pensa que o problema de Gettier continua a necessitar de uma resposta mesmo que não seja possível encontrar *uma* análise irrefutável para o conhecimento. O ponto de Lycan é o de que há que explicar por que razão inúmeros casos de crença verdadeira justificada são (consensualmente) casos de conhecimento e outros não o são. No nosso entender, Lycan chama a atenção para um importante ponto. Esse ponto é o de que a DTC apresenta as condições necessárias e suficientes para múltiplos casos de 'S sabe que p', embora não para todos. A questão relevante que parece daí resultar é: o que faz com que essas condições sejam suficientes para esses casos e não para outros?

¹⁸ Tal como por exemplo, salvaguardando as devidas diferenças, as expressões 'estrela da manhã' e 'estrela da tarde' são modos de apresentação linguísticos válidos do planeta Vénus.

LYCAN, W. 'On the Gettier Problem Problem'" In HETHERINGTON, S., (Org.). *Epistemology Futures*, Oxford: OUP, 2006.

McGRATH, M. 'Propositions' in ZALTA, E. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2011, disponível em <http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/propositions/>

PLATÃO, *Ménon*. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

_____. *Teeteto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

SHOPE, K. *The Analysis of Knowing. A De-*

cade of Research, Princeton: Princeton University Press, 1983.

SORENSEN, R. *A Brief History of the Paradox: Philosophy and the Labyrinths of the Mind*. Oxford: OUP, 2003.

SOSA, E. 'On Our Knowledge of Matters of Fact', in *Mind*, New Series, v. 83, n. 331, 1974, p. 388-405.

UNGER, P. 'An Analysis of Factual Knowledge' in *The Journal of Philosophy*, n. 6, 1968, p. 157-170.

WILLIAMSON, T. *Knowledge and its Limits*, Oxford: OUP, 2000.